



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

A inclusão em Educação Física Escolar¹

Hugo Cesar Bueno Nunes²

Podemos afirmar que a partir dos anos 80 e 90 do século passado, assistimos um movimento de integração nas escolas, que buscou inserir os alunos em condição de deficiência com os alunos tidos como “normais”. Este movimento teve alguns pontos interessantes a serem ressaltados³:

- a) Foi a primeira vez que muitas escolas foram frequentadas por alunos com condição de deficiência, antes o acesso se restringia a família e/ou escolas especiais;
- b) A presença de alunos com condição de deficiência na escola regular permitiu confirmar que a educação desses alunos, em ambientes mais diversos e, portanto, mais estimulantes, poderia contribuir para atingir objetivos mais ambiciosos;
- c) O movimento integrativo permitiu pensar em - escolas acessíveis em termos arquitetônicos e, ainda que as mudanças curriculares fossem muito tímidas, algumas estratégias (mais tempo para aprendizagem, possibilidade de outra organização escolar, acesso a professores de apoio etc.) e materiais (sobretudo para alunos com deficiência visual e motora) passaram a ser patrimônio habitual da escola regular.

O desenvolvimento de práticas integrativas mostrou também que era preciso ir mais longe. O fato de assumir-se que todas as pessoas que tinham uma condição de

¹ Congresso realizado na Universidade Cidade de São Paulo - UNICID na cidade de São Paulo nos dias 06 e 07 de Out. 2017.

² Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física escolar (GPEF-FEUSP).

³ RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Educação Física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.12, n.02, p. 317-333, maio-ago. 2017.



deficiência tinham “Necessidades Educativas Especiais” levou a que todo o apoio e todo o potencial de diversidade e de flexibilização da escola se situassem em alunos com condição de deficiência (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2017).

Escola Inclusiva

Com o intuito de “ir mais longe” na década de 90 foi concebida a declaração de Salamanca⁴ entre outras políticas de inclusão que tiveram como objetivo reorientar o trabalho com a deficiência na escola. Afinal,

A perspectiva - integrativa não se centrava na modificação de aspectos centrais do currículo como, por exemplo, os objetivos ou os conteúdos, mas somente em formas diferenciadas de se chegar às mesmas metas. Existe uma filosofia meritocrática nessa visão, dado que se entende que essas pequenas alterações conseguiriam colocar os alunos com condição de deficiência em igualdade de oportunidades com os restantes. E se não conseguissem... bem... isso significaria que, - depois de se ter feito o possível, o aluno poderia ser - devolvido para uma situação - menos integrativa, como uma escola especial, por exemplo. Ficar-se-ia com a consciência de que essa desistência se devia à falta de competências do aluno, na certeza de que a escola tinha feito o esforço integrativo possível (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2017).

Perante isso, o que se buscou foi uma reforma educacional que promovesse uma educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas capacidades, estatuto socioeconômico ou outras características. Essa reforma, para uma escola inclusiva, teve por objetivo modificar as práticas educacionais tradicionais, removendo as barreiras e promovendo a aprendizagem de todos (RODRIGUES, 2007).

Recentemente tivemos a promulgação da lei 13.146/15 que instituiu a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu artigo 28 é possível destacar que: “*incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar*” o que segue:

⁴ A declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do sistema regular de ensino é questão central do documento.



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

- I. *Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;*
- II. *Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;*
- III. xxxxxxxxxxxxxxxx.

De acordo com esta Lei, pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em **interação com uma ou mais barreira, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas**”.

Identidade Fragmentadas

Pautado em Silva (2012) entendemos que algumas concepções de identidade partem de um viés binário (homem x mulher; novo x velho; habilidoso x não habilidoso etc). Tal concepção parte do pressuposto que a identidade é simplesmente aquilo que se é: ‘sou homem’, ‘sou argentino’, ‘sou branco’, ‘sou homossexual’, ‘sou velho’. Assim, a *identidade* passa a ideia de ser algo natural, independente, autônoma, tendo como única referência sua própria existência. Na mesma linha de raciocínio, a *diferença* também é concebida como uma entidade independente. Mas, diferentemente da identidade, a diferença passa a ser o que o outro é: ‘ela é italiana’, ‘ela é mulher’, ‘ele é negro’. Nesta perspectiva, a diferença também é concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. Assim como a identidade, a diferença simplesmente existe.

A identidade é sempre uma responsabilidade do próprio sujeito, que deverá manter-se fiel às normas socialmente aceitas em sua comunidade. Por sua vez, a



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

diferença é sempre algo distante, o exótico, que deve ser afastado com o intuito de não influenciar e descaracterizar a singularidade do sujeito.

Contrapondo tal visão binária, autores como Sousa Santos (2010) e Hall (2012), vão trazer a ideia de identidades fragmentadas. Assim, os autores afirmam que as identidades culturais não são rígidas, muito menos imutáveis. Elas são o resultado sempre transitório de processos de identificação. Mesmo as identidades mais ‘sólidas’, como as de homem, mulher, país africano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de significações que de época em época dão vida a tais identidades. Em outras palavras, identidades são identificações em curso.

Hall (2011) argumenta que por ser uma construção histórica e cultural, a identidade se constitui através de relações que empreendemos com os outros, e por ser relacional, se define por meio das relações de poder.

Desta feita, exemplificarei esta relação com a ideia de criança com deficiência. Imaginemos uma criança com deficiência auditiva de nascença, ela é real, existe, mas não ouve os sons como uma criança ouvinte. Mas além de ser real, esta criança é uma ideia no meu pensamento. Eu posso ter a ideia de uma criança surda. No momento em que eu penso “uma criança surda nadando” – eu faço uma ligação da ideia de criança surda executando os movimentos da natação – eu faço uma ligação da ideia de criança surda com a de natação. Na hora que eu penso “uma criança surda andando de bicicleta”- eu faço uma ligação da ideia de criança surda com bicicleta – e produzo duas crianças diferentes... por que a ideia se compôs – composição de ideias.

A ideia é aquilo que só pode ser pensado nas suas composições. Quando penso em uma criança no século XVII, é uma criança diferente da criança moderna – porque são outros tipos de composição. É pela composição que nós vamos entender as coisas.

Assim, não estou pensando a ideia de criança com deficiência em si mesma. Ideia em si mesma quer dizer sinônimo de essência. Estou pensando as ideias em composição. E aí, cada criança é uma composição diferente e na aula todas as minhas ações didáticas devem considerar isto. Neste sentido, como venho propondo as



experiências educativas para meus alunos/as? Estou considerando-os como pessoas que “faltam” determinadas características e, devido a isso, eu professor, tenho que dar para eles isto que eles não têm? Contrapondo a ideia de falta, entendemos a criança na condição de deficiência não no que ela é, mas no seu devir, ou seja, nas suas composições.

O Currículo Cultural de Educação Física e o trato da diferença.

A escola contemporânea é um espaço de direito de todos/as, onde os estudantes possam ter reconhecidas suas singularidades e fomentadas suas potencialidades, no entanto, devido a seu enraizamento moderno, a escola muitas vezes acaba por desvalorizar e apagar as diferenças. Pensar uma educação pautada no viés da diferença cultural passa a ser de fundamental importância para que possamos olhar para os estudantes e vê-los como seres singulares, com suas particularidades e potencialidades (NUNES; NEIRA, 2017).

O currículo cultural não considera que as diferenças sejam impeditivas nem que os diferentes sejam vítimas a quem é preciso diagnosticar, dominar, controlar, regular e normalizar. Em uma pedagogia cultural, as diferenças funcionam como pontos de partida para a prática pedagógica. O currículo cultural escuta o que os diferentes têm a dizer e presta atenção no repertório cultural corporal que os estudantes acessam (NEIRA, 2014).

O trabalho didático-pedagógico no currículo cultural

a) Problematizações

“Os alunos descobriram que o adereço simbolizava uma arma utilizada pelos praticantes como instrumento de autodefesa. À época do surgimento, os capoeiristas desciam as ladeiras da cidade com pedaços de pau na mão, gesticulando seus corpos, representando a dança-luta-brincadeira proibida por lei. Deu-se, então, um interessante debate sobre a marcação da identidade e a



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

transitoriedade dos significados. Problematizamos a forma de ver a capoeira naqueles tempos e na atualidade”.

b) Variedade de atividades de ensino

*Muitos alunos trouxeram seus skates e equipamentos de segurança. Na quadra, **demonstraram** as manobras e movimentos [...] Em certa ocasião uma aluna trouxe um **vídeo** elaborado por skatistas profissionais realizando manobras “básicas”. [...] considerando que muitos alunos conheciam jogos de skate no **videogame**, solicitei que os trouxessem. [...] Buscando aprofundar o conhecimento dos alunos sobre outras modalidades de skate, **pesquisei vídeos** da internet sobre as modalidades da megarrampa, freestyle e vertical...[...] selecionei vídeos que ilustravam skatistas que se distinguem da identidade hegemônica (homem, jovem, atleta, com certas condições físicas etc.). Nas gravações escolhidas, crianças, amadores, mulheres/garotas e um atleta com as pernas amputadas praticavam e competiam no mesmo evento dos homens profissionais.*

c) Valorização do diálogo;

Anotei na lousa à medida que as crianças falavam o nome das brincadeiras, seu funcionamento, com quem e onde brincavam. Em uma dessas falas, um menino disse que brincava de futebol na rua. Isso provocou uma inquietação em algumas crianças da turma: “mas não pode brincar na rua”; “a rua é um lugar onde as crianças não podem ficar, não é professor?”; “tenho vontade de brincar na rua, mas minha mãe não deixa”. Diante dessas falas e dos discursos das docentes, decidimos tematizar as brincadeiras de rua e o discurso de adultos com relação às brincadeiras infantis.

d) Eleição das práticas corporais a serem tematizadas.

***Alguns temas trabalhados:** Sertanejo, Skate, Patins; Parkour, Bicicleta, Bafô, Futebol de Rua, Danças eletrônicas, Minecraft; Muay Thai; Boxe; Slackline; Maracatu; Circo; Pipa; Corda; Voleibol de Rua; Rúgbi, entre outros.*

Assim, concebemos que em diferentes momentos de nossa existência somos impelidos pela diferença, a qual vem marcando os corpos e os modos de agir na contemporaneidade de maneira potencializada. Neste sentido, o currículo cultural, objetiva para além da vivência das práticas corporais, articular questões de geração,



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

raça, etnia, habilidade motora, gênero etc e, neste processo produzir novos conhecimentos acerca da cultura corporal.

Entre as quatro turmas que participaram das aulas temos um total de 26 pessoas com deficiência, sendo 04 estudantes com Síndrome de Down, 03 com deficiência física, 01 com deficiência auditiva, 15 com deficiência intelectual e 03 com deficiência múltipla – desses três, dois são usuários de cadeiras de rodas. Além dos estudantes com deficiência, o grupo também é composto por jovens, homens e mulheres trabalhadores e idosos e idosos aposentados. [...] iniciávamos as aulas com a caminhada e, em seguida, realizávamos brincadeiras competitivas, tentando reconhecer e valorizar as diferenças presentes nos grupos. Esse olhar sobre as diferenças visava a garantir o direito de todos participarem. Observamos que os estudantes gostaram muito das situações competitivas e aqueles sem deficiência ajudaram os estudantes com deficiência que necessitavam de mais apoio sem que fizéssemos essa solicitação. Também observamos que os estudantes com deficiência se envolveram bastante nas disputas, comemorando muito quando venciam.

Considerações Finais

O currículo cultural de Educação Física tem potência para colocar em circulação outros modos de fazer, ou seja, permite aos docentes e estudantes partilhar, viajar sem mapas prévios, fazer outros traços, fugir, fazendo composições e conexões, inventar, aprender, caminhar por lugares insuspeitados, aumentando nossa potência de agir. Escapar das tentativas de captura, deslizar, fugir e criar um outro currículo, que sempre será único, inapreensível, singular.

Um currículo que potencialize as diferenças não vê como problema questões tão caras à educação, como por exemplo, o processo de inclusão de estudantes com deficiência, mesmo porque em um currículo assim, não se realiza adaptações, pois todos têm que ter espaço para serem ouvidos, seus saberes reconhecidos e experienciarem as vivências propostas, sendo assim, atividades específicas de inclusão não fazem sentido, pois ninguém está excluído no currículo cultural.

Uma vez que a Educação Inclusiva reconhece as fragilidades do sistema de ensino e evidencia a necessidade de confrontar práticas discriminatórias, uma Educação Física a favor dos mais fracos, que aponte para a problematização das manifestações



7ª CONGRESSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR 2017

corporais a partir da desconstrução de discursos hegemônicos que as circundam, pode constituir em um primeiro passo para a qualidade da inclusão nas aulas (MARTINS; NEIRA, 2014).

Adaptações Curriculares..... NÃO e sim, um **Currículo da diferença!**

Referência Bibliográfica

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARTINS, A. T.; NEIRA, M. G. Interfaces entre o currículo cultural da Educação Física e o processo de inclusão. **Revista Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v.16, n.2, jul./dez. 2014.

NUNES, H. C. B.; NEIRA, M. G. A diferença no currículo cultural: por uma Educação (Física) menor. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.12, n. 2, p.464-480, maio-ago. 2017.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Educação Física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.12, n.02, p. 317-333, maio-ago. 2017.

SOUSA SANTOS, B. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2010.